



Império. Lição brasileira¹

Antonio Negri

Quando Império foi concebido, mais ou menos em 1995, estávamos no meio de duas crises maiores: a do horizonte geopolítico e a das formas-de-vida e da organização social do trabalho que nos eram costumeiras.

Com relação ao primeiro ponto: a “guerra fria” tinha acabado; o Muro de Berlim tinha caído, o ciclo do “socialismo real”, ou seja, o “breve século” aberto em 1917, tinha acabado.

Dava-se com isso uma transição do mundo moderno e de seus paradigmas ao “pós-moderno”, uma verdadeira fratura que certamente se originara a partir das descolonizações dos anos 60 e da crise do fordismo nos anos 70, mas que agora se afirmava plenamente com a queda da União Soviética e a instauração do mercado único global. Eis o ponto de ruptura do horizonte geopolítico.

A tensão entre a quase total ausência de limites (espaciais e temporais) à circulação do capital em escala global e o limite à soberania moderna originava então uma crise das “estatalidades” nacionais, hoje não mais capazes de apresentar-se como estruturas fundamentais de referência para o capital. A crise dos Estados-nação punha a urgência teórica e a necessidade de abandonar a doutrina do imperialismo, baseada numa subdivisão espacial que não era mais útil para analisar dinâmicas e desenvolvimentos do capitalismo contemporâneo. À categoria política de “imperialismo” se podia e se devia contrapor a de “império”, entendida como novo modelo de governança, ideia de uma soberania pós-moderna capaz de governar a acumulação de capital na era da financeirização e da instantaneidade tecnológica.

Agora, portanto, a crítica do conceito de soberania era fundamental para a compreensão da nova condição internacional. Na modernidade, a expansão das fronteiras do Estado-nação implicava, com efeito, a ampliação da sua soberania fora e além do espaço já submetido à sua organização. Mas aqui, a soberania dos Estados-nação, concebida segundo o ordenamento westfaliano próprio da idade moderna, encontra-se numa fase de crise: a pós-modernidade se apresenta como o momento em que a máquina do Estado-nação dá passagem a outros dispositivos de governança, mais eficazes no ordenamento dos mecanismos de produção, reprodução e acumulação de capital no espaço global. Considerado do ponto de

¹ Conferência proferida na Universidade de São Paulo em 25 de outubro de 2016, traduzida por Homero Santiago.



vista da globalidade do comércio, a “pós-modernidade” nos mostra um mundo “liso” e o Estado-nação, uma vez sujeito, torna-se ele mesmo objeto da globalização. Esse é o elemento decisivo e constitutivo da pós-modernidade, analisado em Império. O Estado é por assim dizer internacionalizado.

Isso não significa que os Estados-nação e as fronteiras desaparecem. Simplesmente, com o avanço do processo de globalização, a soberania dos Estados-nação, embora ainda efetiva, progressivamente declina. A soberania dos Estados-nação não desapareceu mas mudou e está mudando.

O processo imperial está em curso e o Império se apresenta como uma tendência, em parte realizada, mas ainda completamente *in fieri*. Do mesmo modo, a percepção de um declínio da soberania dos Estados-nação deve ser entendida como percepção de sua crise: isso significa que a soberania se transfere do Estado-nação e vai para alguma outra parte. O problema é definir onde, e é um problema que resta aperto.

A “nova” soberania imperial ainda está se contruindo. Em *Empire non* se tratou nunca de dar substância a uma nova soberania que é ainda a construir. Não se tratou nunca de pôr um *aut/aut* entre soberania “moderna” e soberania “imperial” (pós-moderna), mas de analisar uma passagem, uma crise da primeira em relação às pressões da segunda, uma tendência num campo ainda aberto a possibilidades diferentes. Depois que a ordem Westfália caiu, na medida em que não é mais *in grado* de “exercitar o controle de relação de capital” de maneira autônoma (dizíamos então: “as lutas operárias internas ao Estado-nação, as lutas anti-imperialistas e anticoloniais que se desenvolveram na cena mundial e aquelas pela liberdade contra o ‘socialismo real’ – todas essas lutas impedem doravante ao Estado-nação de ser ponto de equilíbrio e garantia soberana do desenvolvimento capitalista”) – bem, dado isso, fica de alguma forma claro que o Estado permanece um dos agentes importantes para a circulação do capital global: o Estado-nação e a sua soberania cessam todavia de ser elementos únicos (ou fundamentais) e são englobados como partes de uma estrutura de comando – a “imperial” – de signo diferente.

A demonstração: a posição dos Estados-nação participantes da cúpula do G8/G20. No primeiro plano da pirâmide da “constituição global” está o poder americano e de poucos outros, enquanto os outros Estados-nação, colocados num nível subordinado, são de alguma forma levados em consideração por via das numerosas tarefas que desenvolvem: mediação política relativamente aos poderes hegemônicos globais, contratação relativamente às corporações transnacionais e redistribuição da renda com relação às necessidades biopolíticas em seus próprios



territórios. Em *Empire* não há, como alguns críticos sustentaram, uma desqualificação absoluta dos Estados-nação, nem a previsão do declínio inexorável deles. Os Estados-nação são filtro de um fluxo de circulação global e reguladores da articulação do comando global.

Esses “filtros” se encontram agora inseridos numa estrutura de governança global que os interconecta de maneira sempre mais determinante. A arquitetura dessa estrutura é piramidal e a sua Constituição é definida “híbrida” na esteira do modelo polibiano. Modelo que considera, no nível imperial (tratava-se da Roma de Augusto), a copresença das três formas do governo: monárquico no império, oligárquico para os Estados-nação, democrático para os movimentos. Essa é portanto a função dos Estados-nação no contexto global, após o fim do imperialismo moderno, quando este – por causa de suas segmentações espaciais – tornou-se um obstáculo para a circulação global do capital. O capital se move doravante num plano transestatal.

Para sustentar nossa tese, como marxistas que éramos e continuamos sendo, recordamos as posições assumidas por Rosa Luxemburgo no debate clássico sobre o imperialismo. Segundo Rosa, o imperialismo é o instrumento fundamental da acumulação de capital, na medida em que processo de capitalização do “fora” não capitalista sobre que reproduzir uma acumulação moldada sobre aquela, originária, descrita por Marx. Partindo dessa análise – e das de Lênin, Kautsky e Hilferding –, a pós-modernidade global é caracterizada pela ausência de qualquer “fora” em sentido quer conceitual quer territorial. A acumulação de capital em escala mundial não pode reproduzir as dinâmicas do imperialismo, descrito por aquelas análises em que justamente “fora” – hoje ausente – é o objeto primeiro da depredação capitalista. A dinâmica de interiorização do “fora” por parte do imperialismo capitalista alcançou o seu ponto de não retorno, quando se dá a “subsunção total” do espaço do capital. É essa determinação que transformou o imperialismo em “império”. Este último nasce porque o imperialismo deixou de ser uma estrutura de acumulação do capital, constituindo, antes, o limite dele. Não se trata pois uma mera sucessão temporal, mas de uma verdadeira mudança de paradigma, de uma fratura não mais recomponível. decerto, após o fim do imperialismo, não acabaram a acumulação de capital no mundo e a exploração de recursos e de populações, mas esse processo não é mais unidirecional e territorialmente confinado ao esquema da concorrência e conflitualidade entre Estados-nação, como na doutrina imperialista clássica. Mas essa acumulação, diferentemente do passado, desenvolve-se segundo figuras multidirecionais. Se Lênin definia o imperialismo como “o estágio monopolista do capitalismo”, podemos



ora identificar o “Império” como o estágio descolonizado desse capitalismo, ou seja, onde a acumulação de capital em nível global não segue mais esquemas binários – por exemplo colônia-metrópole. “O mais-valor capitalista produzido na Índia é apropriado em muitos países, inclusive na Índia”.

Em suma, a teoria clássica identificava no imperialismo o limite do próprio capitalismo, pois sem mais “fora”, um espaço pré-capitalista a subsumir, não era possível continuar a produzir acumulação extensiva. Em *Empire* essa hipótese não tem mais sentido porque esse “fora” foi absorvido e se deu uma subsunção do espaço global ao capital. Daí provém a mudança de paradigma da acumulação: dentro do “Império”, a acumulação de capital se realiza principalmente mediante a subsunção do bios (isto é, a vida transformada inteiramente em trabalho) ao capital.

Ei-nos na segunda passagem: a crise e a transformação das formas-de-vida da organização do trabalho e da sociedade. Para compreendê-las cumpre ter presente a profunda transformação da força trabalho a partir de 68: essa é a tese de *Empire*. Aquele é o momento no qual o modo de produção industrial, baseado na taylorização do trabalho, no fordismo salarial e no keynesianismo macropolítico entre em crise sob o ataque da classe operária nas fábricas em que era massificada a produção. Um novo modo de produção é então preparado pelo comando capitalista: se baseia na automação das fábricas e na informatização do social. O trabalho operário é transformado de manual em imaterial, isto é, social, cognitivo, afetivo etc. Da exploração do trabalho e da sua transformação em lucro, passa-se à extração do valor da sociedade inteira e ao seu controle em forma financeira.

Para compreender inteiramente o conceito de “império”, é preciso nos voltarmos às categorias marxianas de “subsunção formal” e de “subsunção real”, relidas e aplicadas a mercado global. Para Marx, a “subsunção formal” do trabalho sob o capital constitui a incorporação capitalista de práticas laborativas e de relações sociais determinadas de fora do comando direto de capital, ao passo que com a “subsunção real” o capital determina diretamente novos processos de valorização imunes a qualquer alteridade. Em síntese, se a primeira subsunção é formalmente capitalista, a segunda o é substancialmente.

Em *Empire* se pensa que as práticas do imperialismo envolvem a internacionalização capitalista de seu “ora” e portanto constituem processos de “subsunção formal” do trabalho sob o capital. Em *Commonwealth* se confirma a equivalência entre imperialismo e “subsunção formal”: “os grandes teóricos do imperialismo do século XX, como Rosa Luxemburgo, estenderam as análises de Marx para lá do contexto histórico-social delas a fim de compreender o imperialismo



como o processo da 'subsunção formal' das economias não capitalistas sob o domínio das economias capitalistas". Mas esse processo está vinculado aos limites físicos da expansão capitalista: uma vez alcançados – dentro do "Império" – o processo de "subsunção formal" não pode mais por muito tempo ter um papel central. Em síntese, "o processo da globalização é desenhado pela passagem da 'subsunção formal' à 'subsunção real', isto é, pela absorção de toda a sociedade nos circuitos da acumulação capitalista".

Dito de outro modo, no mundo contemporâneo "subsunção formal" e "subsunção real" agem em conjunto em todo o espaço global. Para iluminar essa passagem se pode dar crédito a quanto afirmado por Sandro Mezzadra em *La condizione postcoloniale*: "ao passo que em outras fases do desenvolvimento capitalista subsunção formal e subsunção real se distribuíam tendencialmente no interior de diversos espaços (seguindo a distinção entre "centro" e "periferia", "primeiro" e "terceiro mundo"), hoje elas insistem no interior de toda área capitalista". Isso, naturalmente, não significa o desaparecimento da exploração e das segmentações sociais: pelo contrário, sob muitos aspectos elas se tornaram ainda mais severas.

A categoria de "império" é in grado de oferece uma leitura da acumulação de capital adequada à realidade do mercado global capitalista. Refutar tout court a sua validade opondo-lhe as doutrinas clássicas do imperialismo significa negar a evidência de um mundo que a marcha solene do processo de globalização tem, nos últimos quarenta anos, mudado radicalmente.

Vinte anos se passaram desde que essas análises foram produzidas e aquelas conclusões propostas. Hoje a situação é profundamente diferente. Os Estados Unidos que tinham, desde a primeira guerra iraquiana, tentado um "golpe de Estado" contra a globalização, para impor-lhe uma hegemonia americana, falharam. A crise que daí se seguiu é profunda, tanto que se diz com frequência, hoje, que a forma-Império foi ela mesma superada, sobretudo referindo-se aos êxitos da crise econômica global de 2007 e as seguintes, e aos seus efeitos políticos. Haveria agora sinais de superação e portanto de um renascer de polaridade em ruptura com a dinâmica imperial (por exemplo da parte da China ou, em geral, dos BRICS). Daí viria uma reafirmação dos Estados-nação, considerados agora, à direita e à esquerda, como arma importante para responder aos fenômenos perversos que a globalização determinou e aos quais não se soube dar resposta.

Vejamo-los, esses fenômenos perversos, e a resposta que se dá a eles. Em primeiro lugar a necessidade de regulações diversificadas e singularizadas com referência às características da crise nas economias nacionais, a fim de manter



medida e solidez numa fase de possível estagnação secular do desenvolvimento – da qual os mercados são incapazes de sair. Em segundo lugar a defesa contra o assalto migratório aos países centrais da parte do proletariado dos países periféricos. Em face desses movimentos os Estados-nação se reorganizam como entidades territoriais em torno da identidade de população, retomando e renovando assim os estigmas mais fortes da soberania moderna. Enfim a urgência em responder às ameaças terroristas que ao longo das fronteiras imperiais (demasiado superficialmente assinaladas e demasiado precipitadamente abandonadas) vêm se organizando – em bases comunitárias mas também, e sobretudo, no protesto contra a miséria, a marginalidade e a exclusão. O Império parece ter trazido mais desastres que vantagens para muitas populações, seja no terreno global seja no local, assim como a mediação territorial, econômica e cultural do Estado-nação parece apresentar-se agora como necessidade e urgência.

Até aqui a descrição da deriva desagregadora da forma-Império e as opções de resposta. alguns desses elementos parecem efetivamente importantes. Muito pouco convincente é todavia a referência que, em relação àquela deriva e a uma política que a bloqueie, faz-se ao Estado-nação. Porque, se a forma-Império está desagregando-se, a forma-Estado-nação está já profundamente devastada. Antes de tudo no nível da capacidade econômica na crise presente e com referência à possível estagnação futura. O Estado-nação é de fato hoje qualificado pelo seu ser “Estado-providência”, Welfarestate. Muito mais que em níveis políticos e culturais, de identidade patriótica e de orgulho nacional, são a quantidade e a qualidade do welfare, o nível dos salários, a mobilidade social (e os consequentes níveis de liberdade e felicidade) que fazem hoje a dignidade de uma nação. É essa figura que está em crise e que não é mais sustentável. A crise do reformismo social e político segue de fato à crise econômica e o Estado-nação é incapaz de reconstruir, por si só, perspectivas de desenvolvimento.

Assiste-se aqui a um paradoxo. A conflitualidade interna aos Estados-nação comporta de fato, da parte das classes dirigentes, a procura de uma estabilidade conservadora – ao reformismo que qualificava a forma-Estado-nação, seguem então políticas francamente reacionárias, que maltratam a tradição liberal-democrática e empurram na direção de formas de governo de emergência. Tudo isso – dos problemas econômicos e políticos às condições de pobreza e de falta de liberdade – é justificado e imputado às condições “imperiais” da crise. Na realidade essas condições são “globais” e completamente generalizadas na crise. Mas é a esses problemas que o Estado-nação não sabe responder.



Se isso não bastasse, as deficiências do Estado-nação derivam de outras urgências que são postas a ele. Além da derrota econômica (dominada pela necessidade de manter equilíbrio de welfare e do investimento para o desenvolvimento) o Estado-nação enfrenta a dificuldade de manter segurança para os cidadãos– uma segurança que é ameaçada tanto pelas imigrações quanto pelo terrorismo (seja de matriz pós-colonial, religioso ou nacionalista; seja de origem mafiosa e de negócios, como o do narcotráfico). Todos e cada um desses problemas se enodam na urgência, da parte do Estado-nação, não só de securizar os territórios mas também as formas-de-vida. Mas sem uma saída global, a emergência dá lugar à exceção e pode produzir uma invasividade totalitária.

A essa altura talvez valha a pena produzir algumas novas hipóteses relativamente ao enfraquecimento do modelo-Império e opor alguma “contradedução” à representação do Estado-nação come protagonista da historia. Se de fato dentro da crise a forma-Império se enfraquece, a forma-Estado-nação não se reforça, pelo contrário parece ainda mais perder vigor. E se o Império mostra em plena luz os seus limites ao suportar o peso da crise e ao mostrar, além da incapacidade de resolvê-la, segura força em resistir a ela – o Estado-nação precipita caoticamente na crise, ou melhor, rompe-a nas derivas que ela produz e desperta demônios que se pensava terem sido exorcizados. O perigo de guerra e a decadência de toda normatividade jurídica internacional, entre outros. E se pode ulteriormente acrescentar que ninguém mais pode considerar-se seguro no presente nem otimista com relação ao futuro quando algumas das coalizações continentais de Estados-nação que se haviam formado na perspectiva de uma globalização crescente, se “lascam”, como aconteceu na e na América latina. O renascimento do Estado-nação é uma ilusão e, se se verificasse, seria uma tragédia – aprofundaria a crise e determinaria a guerra. A presunção de estratos intelectuais e políticos de cancelar ou ao menos bloquear os malefícios da globalização através de uma reedição dos Estados-nação representa frustrações políticas e sofismas ideológicos, inadequados ao problema de hoje. Que é a incompletude do desenvolvimento da forma-Império, não o seu exaurir-se, mas sim a dificuldade de uma reconfiguração dela e sua plena atuação democrática.

Em *Empire*, há vinte anos, partíamos da constatação da realização de um mercado global ao qual faltavam regras universais e democráticas. O mercado buscava um comando que ainda não existia. Agora, esse era o âmbito em que se tinha desenvolvido a nossa pesquisa e aqui haviam trazido à luz a centralidade daquela nova figura do trabalho (da força-trabalho) imaterial, cognitivo que fazia saltar toda restrição espacial na produção de valor. A valorização capitalista e a



estrutura da exploração, por conseguinte, tendiam a afirmar-se no terreno global. A luta de classe, naqueles anos reconfigurada pelos movimentos de contestação e alternativas na/à globalização capitalista, mostravam no espaço global como era perigoso o seu progredir e como isso precisava de algum modo ser regulado. A dimensão espacial do Império estava próxima, após a queda da União Soviética e as transformações do socialismo chinês, de coincidir com a globalidade das atividades produtivas (desenvolvidas no planeta) mas – novo signo de crise – às temporalidades da progressão do novo modelo de acumulação (no espaço atacado pelo capital cognitivo e financeiro) não correspondia – quiçá com custo seguia – um adequado desenvolvimento institucional. La globalização era um processo incompleto e o Império uma figura política não ainda autonomizada. Em suma, incompleta.

Não nos foi difícil, então, zombar das teorias do “fim da história” e ao mesmo tempo contrastar as posições que consideravam encerrada, nos poleiros nacionais, a luta de classe. Havia um só ponto em que a nossa análise dava espaço a uma pequena/grande utopia: quando exprimíamos a esperança de que o processo de mundialização não sofresse pausas, se não aquelas determinadas pela luta de classe e exprimíamos a nossa confiança no internacionalismo proletário. desde então muitas coisas mudaram.

Após a queda do Muro, após o ridículo do “fim da história”, a ciência política do poder (geopolítica e foreign-affaires) não mostraram mais um desenho de previsão teórica e nem mesmo um modelo performativo para a ação imperial. As várias ideologias do “conflito de civilizações” arrebutaram-se na autocrítica que o Ocidente teve de cumprir a propósito das desditosas iniciativas bélicas no Oriente Médio e das terríveis consequências que daí vieram.

Aqui a teoria política internacional torna-se uma ciência “relutante” a admitir a própria falência e a trágica transformação propagandista do seu saber. Em Multitude havíamos mostrado a inconsistência doravante alcançada da geopolítica ocidental que na realidade foi substituída por um evanescente “direito público” do Império – na realidade se tornara uma simples mas eficaz governança gerida de maneira incerta pelas Nações Unidas e pelos EUA, instável entre unilateralismo e multilateralismo. Havíamos descrito esse limite crítico assinalado pelo apresentar-se, no interior dos processos de globalização, de um “comando sobre as fronteiras” que se apresentava como uma margem abstrata entre um “dentro” e um “fora”, manipuláveis por um poder imperial longínquo, quando não inexistente – enquanto, inversamente, aquelas fronteiras estavam se tornando o lugar mesmo do poder global, assinalando as novas linhas estruturais e organizativas da dinâmica imperial



(sobretudo na globalização econômica). As fronteiras desempenham de fato doravante uma função de inclusão e/ou exclusão que define um mundo sempre mais unificado e, a um só tempo, sempre mais poroso, aberto a controles e reconfigurações dinâmicas em seu interior. Novas agrupamentos de autoridades e direitos, mutáveis configurações de territórios nos quais coexistem e tentam coordenar-se soberanias estatais e governança imperial. Em Multitude, sobre esses temas concluíamos: “Esse quadro, como uma sorte de desenho de Escher, é completamente instável: basta uma rápida mudança de perspectiva para invertê-lo completamente. A força do posicionamento unilateralista se revela de repente como debilidade; o seu centro se mostra maximamente vulnerável a todos os tipos de ataque. Para manter a si mesmo, o Império deve criar uma forma reticular de poder que não isole um único centro de comando e que não exclua de si nenhum território externo e nenhuma força produtiva. Noutras palavras, com a formação do Império, a geopolítica não tem mais razão de ser. Presto sejam as estratégias unilateralistas, sejam aquelas multilateralistas demonstraram toda a sua ineficácia. A multidão deverá acatar a derrota e criar um novo contexto para a construção democrática do mundo”.

Longe de ser superada, a forma-Império está simplesmente “incompleta”. Transformar essa incompletude em abertura é a tarefa para o futuro para a multidão em busca do comum com a consciência de que daqui não se volta para trás. A forma-Império constitui um limite não alcançado, cujos graus de aperfeiçoamento são de todo modo irreversíveis. Toda tentativa de retornar à constituição de identidade e/ou essências nacionais representa uma ignóbil deriva.